

Versão Online ISBN 978-85-8015-037-7
Cadernos PDE

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2007

VOLUME I

FRACASSO ESCOLAR NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA: ENTRE MITOS E REALIDADES

Solange Aparecida Bianchini Forgiarini¹
João Carlos da Silva²

RESUMO: O fracasso escolar tem sido um desafio a ser enfrentado pela educação formal. Entendemos o mesmo como sendo a evasão a repetência e, num sentido mais amplo, a aprovação sem a aquisição do conhecimento científico historicamente acumulado. Os índices de fracasso escolar continuam alarmantes entre as escolas públicas brasileiras. O presente artigo é resultado de um estudo de caso, realizado em uma escola pública do Oeste do Paraná, durante o período de 2007 a 2008 e, portanto, visa compreender, numa perspectiva histórica, as concepções cristalizadas na prática docente, no que se refere à compreensão desse fenômeno do fracasso escolar. Assim, temos, como objetivo, demonstrar os resultados dos estudos teóricos e das atividades realizadas, numa tentativa de contribuir para o aprofundamento das discussões sobre o tema. As explicações que perpassam entre educadores, pais e alunos sobre o fracasso escolar estão, em grande parte, respaldadas em mitos que já foram superados na literatura, porém continuam presentes nas práticas educativas. A superação desses mitos e o enfrentamento do fracasso escolar requerem um aprofundamento teórico e discussões coletivas, sobretudo no interior da escola. Urge uma tomada de consciência e um agir crítico dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, no sentido de verificar o que determina e quais ações poderão contribuir para a construção do sucesso escolar. Colocamos a necessidade de novas práticas pedagógicas, no sentido de uma verdadeira democratização da escola pública e, aos educadores, a continuidade da luta por uma escola enquanto espaço de humanização do homem.

PALAVRAS-CHAVE: Escola pública. Fracasso escolar. Prática pedagógica.

ABSTRACT: Academic failure has been a challenge to be faced by formal education. It is understood to be the evasion, flunking; and in a ampler meaning approval without acquisition of historically accumulated scientific knowledge. Academic failure indexes have been alarmingly rising among Brazilian Public Schools. This work is the result of a case study that took place in a public school in the West of Paraná State from 2007 to 2008. It aims to understand, in a historical perspective, conceptions perceived in the educator practice referring to the

¹Pedagoga pela UNIOESTE, campus Cascavel, com Especialização em Administração e Planejamento Educacional. Atua como Pedagoga na Rede Estadual de Ensino no Colégio Estadual Marquês de Paranaguá/Vera Cruz do Oeste – PR. Aluna do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). E-mail: solangeb@seed.pr.gov.br

²Professor do Colegiado de Pedagogia, UNIOESTE. Doutor em *História e Filosofia da Educação*/UNICAMP. Membro do Grupo de pesquisa HISTEDBR, GT - Cascavel, PR. E-mail: jcsilva@unioeste.br.

Agradecimentos: A Vito, meu esposo, César e Júlia, meus filhos, pelo apoio e compreensão ao abrirem mão de minha companhia em vários momentos. Ao professor João Carlos da Silva, orientador, que tanto me ajudou, indicando caminhos, revisando meus escritos e principalmente me encorajando nos momentos mais difíceis. Minha gratidão pelo incentivo e dedicação, sem os quais essa jornada teria sido muito mais árdua.

understanding of this phenomenon. Moreover, it intends to demonstrate the results of theoretical studies and activities executed trying to contribute for the scrutinizing of debates on the theme. Exegetical thoughts on academic failure among educators, parents, and students are, in most part, based on myths that were already overmatched in literature, but yet continue present in academic practice. Overcoming these myths and the affronting of academic failure require a deep theoretical study and collective discussions chiefly inside schools. It incites awareness and critical actions from those involved in the teaching-learning process in such a degree of what determines it and what actions could contribute for the making of success in schools. It presents the necessities of new pedagogical practices towards a true democratization of public school and to pedagogues in the fight for a school whilst men humanization space.

KEYWORDS: Public School. Academic Failure. Pedagogical Practice.

Introdução

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa (Paulo Freire).

A questão da evasão e repetência não é recente, mas um fenômeno presente há pelos menos seis décadas E, nesse período, pouco se conseguiu fazer para alterar tal quadro que atinge uma parcela significativa dos estudantes que ingressam no sistema educacional brasileiro.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP, 2007) mostram que 41% dos alunos que ingressam na 1ª série do Ensino Fundamental não conseguem terminar a 8ª série. Segundo a mesma pesquisa, 26% dos alunos que iniciam o Ensino Médio não o concluem e levam em torno de 10,2 anos e 3,7 anos respectivamente para o concluírem. Ao analisar o Ensino Fundamental e Médio, apenas 40% dos que ingressam no nível obrigatório concluem a 3ª série do Ensino Médio, precisando de aproximadamente 13,9 anos para isso. Esse dado evidencia uma distorção série/idade que continua sendo um problema para a educação brasileira.

Ao longo dos dezenove anos atuando como Pedagoga da Rede Estadual de Ensino, temos constatado que o fracasso escolar tem desencadeado uma série de problemas nas escolas, gerados por: indisciplina; desmotivação por parte dos alunos; certa descrença, tanto de alunos quanto de pais, no que se refere à

instituição; não comprometimento por parte dos docentes com uma educação de qualidade, talvez por uma deficitária formação ou, até mesmo, por não estar claro, para a maioria dos educadores, qual é a real função da escola pública. A impressão que temos é que não se sabe para onde se está indo e nem o que se quer, enquanto profissionais da educação.

No sentido de compreender essa problemática, desenvolvemos, no período de abril/2007 a julho/2008, atividades que, além de serem um dos requisitos do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Estado do Paraná, vieram ao encontro dos anseios e dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar. Essas atividades representam apenas o primeiro passo de muitos, em direção à concretização de uma verdadeira escola pública.

Essas atividades consistiram na elaboração de um plano de trabalho; revisão da literatura; pesquisa de campo com aplicação de questionário junto à comunidade escolar, especialmente entre os alunos de 5ª série que já sofreram situações de fracasso escolar, e aos seus pais; discussão on-line com outros pedagogos da rede estadual de ensino das mais diversas localidades do Paraná, a partir dos GTR (Grupo de Trabalho em Rede) e atuação, junto aos professores do estabelecimento de ensino em que atuamos, de modo a desencadear discussões sobre o assunto, na busca da construção do sucesso escolar.

Sendo assim, este artigo tem, como objetivo, apresentar os resultados obtidos nos estudos e nas atividades que realizamos, numa tentativa de contribuir para o aprofundamento das discussões sobre o Fracasso Escolar, no sentido de levantar possibilidades de enfrentamento.

Partindo do pressuposto de que a realidade social é produzida historicamente e, como tal, traz, no seu interior, contradições que ora acenam para a mudança, ora para a permanência das relações sociais, em qualquer análise que pretendamos fazer em relação à educação, é imprescindível levar em consideração o contexto histórico-social-político-cultural no qual está inserida. Ao se falar em fracasso escolar no interior da escola pública, entendemos que é preciso contextualizá-lo e historicizá-lo para que possamos, a partir do conhecimento sobre essa realidade, organizar ações que contribuam para sua superação.

Situando objeto

No Brasil o fenômeno do fracasso escolar surgiu nas últimas décadas do século XX, quando a maioria da população pertencente às classes populares teve acesso à escola.

O acesso à escola para todos foi uma reivindicação e conquista dos trabalhadores, cujo direito está garantido em lei, pela Constituição Federal de 1988, reafirmado e regulamentado pela LDB 9394/96 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). O fato de estar garantido em lei não significa que efetivamente seja para todos, pois vivenciamos, ainda, elevados índices de evasão e repetência nas escolas públicas brasileiras. Este é o grande desafio a ser superado na atualidade pelo sistema educacional: escola pública de qualidade para todos. Para tanto, faz-se necessário que, além do acesso, também seja garantido a essas crianças sua permanência e sucesso na escola.

Entendemos como sucesso escolar a apreensão do conhecimento científico, ou seja, que a criança, o adolescente e o jovem, além de aprenderem o conteúdo escolar, possam aplicá-lo em seu cotidiano, de forma que venha a contribuir com a melhoria de sua qualidade de vida e dos que com eles convivem, atuando criticamente na sociedade.

Segundo Ferreira (1998), a expressão fracasso pode ser entendida como: desgraça; desastre; ruína; perda; mau êxito; malogro. Então, fracasso escolar seria o mau êxito na escola, caracterizado, na compreensão de muitos, como reprovação e evasão escolar. Consideramos essa expressão em seu sentido mais amplo: além da reprovação e da evasão, a aprovação com baixo índice de aprendizagem, retratado nas escolas pela aprovação por Conselho de Classe. Este tipo de procedimento muito nos preocupa, pois significa que o aluno estaria reprovado, já que não aprendeu o mínimo necessário para aprovação.

De acordo com Patto (1999), é possível perceber que o Fracasso Escolar persiste ao longo da história da escola pública brasileira e parece estar imune às ações já desenvolvidas na tentativa de sua superação. As explicações que se tem utilizado para o mesmo nos meios escolares e na sociedade, em nada têm contribuído para reverter essa situação, pois as explicações baseiam-se em mitos construídos sob forte influência ideológica. Esses mitos já deveriam ter sido

superados, mas aparecem, ainda hoje, em trabalhos acadêmicos e na prática pedagógica dos professores como justificativa deste fracasso.

Diante de tal problemática que tanto tem inquietado os educadores comprometidos com uma educação progressista, buscamos, na literatura, fundamentos teóricos que pudessem contribuir para a compreensão desse fenômeno, objetivando analisar, junto aos educadores da instituição escolar, as concepções cristalizadas na prática docente no que se refere à compreensão sobre o fracasso escolar e seus determinantes.

Reflexões sobre o fracasso escolar

Diante dos altos índices de evasão e de repetência que ainda atinge a escola pública, percebemos a necessidade de se empregar maiores esforços e recursos para possibilitar o enfrentamento dessa situação. Entretanto, o enfrentamento do fracasso escolar e dos problemas educacionais, não se dará como num “passe de mágica” ou por Decreto. É preciso que os envolvidos no processo pedagógico reflitam sobre os elementos históricos que ajudam a compreender esse fenômeno e as relações existentes com os condicionantes sócio-econômico-políticos e culturais.

A escola brasileira não está descolada da realidade existente de uma determinada sociedade organizada em classes sociais e que reflete as contradições nela presentes.

Nesse sentido, Nagel afirma:

A escola não pode esperar por Reformas Legais para enfrentar a realidade que lhe afoga. Além do mais, a atitude de esperar “por decretos” [...] reflete o descompromisso de muitos e a responsabilização de poucos com aquilo que deveria ser transformado. A escola tem uma vida interior que, sem ser alterada por códigos legislativos, pode trabalhar com o homem em nova dimensão, bastando para isso que seus membros se disponham a estabelecer um novo projeto de reflexão e ação (NAGEL, 1989, p.10).

Desvelar a realidade é o primeiro passo para que aqueles que necessitam da escola pública possam atuar de forma a possibilitar o enfrentamento do fracasso escolar que, em nosso entendimento, vai além da evasão e da repetência. Este fenômeno caracteriza-se também, na aprovação, porém, com baixo índice de

aprendizagem. Dados do SAEB (2005) demonstram uma queda gradativa nas médias de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática no período de 1995-2005.

Patto (1999) formulou importantes contribuições no sentido de romper com o estigma de que fracasso é culpa do aluno ou de sua família e alerta para a presença dos determinantes institucionais e sociais na produção do fracasso escolar, do que problemas emocionais, orgânicos e neurológicos, Rompendo, assim, com as visões psicologizantes, ou da carência cultural, que se tornaram comuns nas falas e nas práticas entre os educadores e nas políticas oficiais.

Ao analisarmos o fracasso escolar, contextualizando-o historicamente, é possível observar que os seus determinantes têm sido atribuídos muito mais aos fatores internos à criança, colocando em segundo plano os fatores externos à escola. Todavia, sabemos que as práticas pedagógicas exercem um papel fundamental nas condições de educabilidade da criança, questão pouco discutida entre os educadores.

Um dos mitos, segundo Patto (1999), que permeia as explicações dos professores sobre esse fenômeno, é o de que a criança carente não aprende. Outro mito utilizado para explicar o fracasso, é o da carência dos professores, mal preparados e desmotivados.

Ressaltamos que esses mitos têm sido utilizados para isentar a escola e seus profissionais na produção do fracasso escolar, mas, para superá-los, faz-se necessário ter conhecimento de quais são seus determinantes, pois só isso permitirá a escola enfrentá-los. Por outro lado, desempenhar o seu papel de mediadora no processo de transmissão-assimilação do conhecimento científico, de forma que venha a auxiliar no desenvolvimento de cidadãos críticos, capazes de contribuir para a transformação dessa sociedade na qual vivemos, em uma sociedade realmente democrática.

Entendemos que as práticas pedagógicas no interior das escolas também influenciam na produção do fracasso escolar, o que requer que sejam revistas, por meio de uma reflexão sobre os seus principais elementos estruturantes, sendo eles: relação professor-aluno; metodologia de trabalho do professor; currículo; avaliação e gestão escolar. Essa reflexão não pode perder de vista a especificidade do trabalho escolar.

Segundo Saviani:

[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo, singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 1991, p. 21).

Isso implica em identificar o que é essencial, principal, fundamental; o que é clássico, no sentido do que resistiu ao tempo em relação à função da escola, critério indispensável para a seleção dos conteúdos do trabalho pedagógico. O clássico na escola, ainda segundo Saviani:

[...] é a transmissão-assimilação do saber sistematizado. Este é o fim a atingir. É aí que cabe encontrar a fonte natural para elaborar os métodos e as formas de organização do conjunto das atividades da escola, isto é, do currículo. [...] Um currículo é, pois, uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria (idem, p. 25).

Entendendo currículo como a organização das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares, implica, também, em organizar os meios pelos quais cada indivíduo realize em si, a humanidade produzida historicamente, ou seja, assimile o saber sistematizado.

O papel da escola, como instituição erigida pela sociedade para trabalhar com a educação, consiste em refletir sobre o saber sistematizado, elaborado, com a cultura erudita.

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. [...] o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber é aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso também aprender a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia humanas) (Ibidem, p. 23).

Essas condições não se dão de forma livre. Exige certo automatismo, ou seja, a repetição de certos mecanismos até que se aproprie deles, incorpore-os em sua natureza, tornando parte de si, uma segunda natureza. Só então o indivíduo poderá ser livre e criativo. “Em suma, pela mediação da escola, dá-se a passagem

do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita” (idem, p. 29).

A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos e o seu sentido mais amplo é a promoção do homem, sua humanização, visa o ser humano que é histórico, transcende o animal, aponta para a liberdade, além da transmissão-assimilação do saber sistematizado na escola. Segundo Paro, é preciso trabalhar para a que o aluno desenvolva, por meio do domínio desse saber, a crítica da realidade, perceba-se capaz de ser autor, sujeito. “O homem se faz humano na medida em que ele se pronuncia diante do real, dizendo; ‘isto é bom, isto não é’, ou seja, criando um valor, fazendo-se ético” (PARO, 2006, p.45). Constrói a liberdade quando pode fazer opções.

Por outro lado, o professor precisa considerar que a escola está situada concretamente, isto é, em uma sociedade capitalista, caracterizada pela luta de classes, e as mudanças que se faz em educação são realizadas, do ponto de vista de uma teoria crítica, em função dos interesses da classe dominantes. Quando se manifesta na realidade concreta conflitos de interesses antagônicos, a classe dominante procura mecanismos de se manter hegemônica.

Paulo Freire (1987) defende que é preciso pensar em uma educação que lute para a libertação do homem de sua condição de oprimido, atribuindo-lhe maior autonomia intelectual, a fim de que deixe de ser mero objeto de manipulação e resgate a sua condição de sujeito, de “Ser Mais”. Portanto, a educação deve ser respaldada em uma “Pedagogia do Diálogo”. Nessa pedagogia muda-se a relação de poder do professor sobre o aluno e estabelece uma relação educador-educando, em que ambos se entendem e se fazem simultaneamente educadores e educandos. Entendemos que os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo e são seres inconclusos, inacabados, históricos.

Para o mesmo autor, torna-se necessário também, a superação da concepção de educação bancária, ou seja, uma educação em que o educador deposita, transfere, transmite conhecimentos e valores para os educandos, sem uma participação na construção e re-construção do conhecimento. A opção por tal concepção implica em estar trabalhando para a manutenção e não para a libertação da situação de opressão, colocando-se a serviço da desumanização, do opressor, porque adequa os educandos ao mundo.

Necessitamos, ao contrário, de uma educação que seja pautada no diálogo e na reflexão verdadeira da situação concreta de opressão em que vive os oprimidos, o que levará à prática, à ação, a uma autêntica práxis, a uma prática refletida; ação reflexão como unidade que não deve ser dicotomizada.

Entendemos, nesta perspectiva, que o fracasso escolar impede o homem de ser mais, pois lhe é negado o acesso ao saber, sem o qual não terá condições de lutar por sua libertação.

Libâneo (1989) compreende que a democratização da escola pública vai além da democratização ao acesso. Passa pela adequação pedagógico-didática à clientela majoritária que frequenta essa escola para garantir a democratização do conhecimento. Para isso, a escola deve cumprir com sua função primordial, isto é, o ensino na perspectiva de construção do conhecimento e não apenas como transmissora deste.

O acesso à escola está democratizado, mas, mesmo assim, não temos uma verdadeira escola democrática, pois esta escola ainda tem um longo caminho a percorrer, no sentido de democratizar o conhecimento, o que podemos perceber pelos elevados índices de evasão, repetência e aprovação efetuada pelo conselho de classe.

Então, qual seria a concepção pedagógica que mais se aproxima das necessidades da escola pública brasileira? Aquela que venha ao encontro dos interesses daqueles que a frequenta, os filhos dos trabalhadores? Aquela que possa contribuir para o enfrentamento da problemática do fracasso escolar e, por consequência, com a verdadeira democratização da escola pública?

A concepção histórico-crítica surgiu da busca de alternativas teóricas para os seguintes questionamentos: como atuar de modo crítico no campo pedagógico? Como ser um professor que, ao agir, desenvolve uma prática de caráter crítico? Essa concepção, então, parte da abordagem dialética da educação, em que esta é analisada como um processo contraditório e admite que a escola possa ser um instrumento do proletariado na luta contra a burguesia.

Contribuições, no sentido de valorizar a luta pela humanização do homem, sem perder de vista a especificidade da educação escolar, tem sido dadas por educadores brasileiros como: Saviani (1991) em *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações* e por Gasparin (2003) em sua obra *Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica*.

A ação pedagógica que poderia contribuir para a prática educativa se elevar no sentido da práxis e em direção à humanização do homem seria aquela respaldada de acordo com a concepção de Saviani, e por ele denominada como Pedagogia Histórico-Crítica que implica:

A clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, como é preciso se posicionar diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual a direção que cabe imprimir à questão educacional (SAVIANI, 1991, p. 103).

Essa pedagogia valoriza, portanto, a forma, o método, considerando o conteúdo já produzido socialmente; a socialização e elaboração do saber; consciência e saber – a própria expressão elaborada da consciência de classe passa pela questão do domínio do saber; o saber em processo, considerando os saberes já produzidos; e o saber popular como ponto de partida e o saber erudito como ponto de chegada.

Considerar o saber erudito como ponto de chegada não significa, como afirma o autor, estar se posicionando em favor da cultura dominante. Nesse sentido, Saviani destaca:

o saber é histórico e como tal é apropriado pelas classes dominantes, mas isso não significa que ele seja inerentemente dominante. O que hoje se chama de “saber burguês” é um saber do qual a burguesia se apropriou e colocou a serviço de seus interesses (idem, p. 83).

O autor defende a idéia de que o povo precisa da escola para ter acesso ao saber erudito, ao saber sistematizado e, em conseqüência, para expressar, de forma elaborada, os conteúdos da cultura popular que correspondem a seus interesses.

Os princípios da Pedagogia Histórico-Crítica, traduzidos de forma didática por Gasparin (2003), consideram que o processo de aquisição do conhecimento científico realiza-se por meio da aprendizagem significativa. Para que ocorra esta aprendizagem, faz-se necessário que sejam desenvolvidas atitudes e atividades de investigação, reflexão crítica e participação ativa dos educandos na articulação dos conteúdos novos com os anteriores que eles já trazem. Essa proposta defende serem pontos de partida para o trabalho pedagógico, o próprio aluno, os conceitos cotidianos, o empírico.

O trabalho com essa pedagogia, que é um método dialético de construção do conhecimento escolar, envolve três fases: prática; teoria (problematização, instrumentalização e catarse); e prática. Parte do nível de desenvolvimento atual dos alunos (prática inicial), trabalhando na zona de desenvolvimento imediato - próximo ou proximal (teoria), para chegar a um novo nível de desenvolvimento atual (prática final), rompendo, dessa forma, com a concepção bancária de educação, denominada por Paulo Freire (1987) como aquela que apenas deposita conhecimentos na cabeça do aluno.

Pesquisa de campo

Como afirma Nagel, “repensar a sociedade exige que, no mínimo se tenha conhecimento sobre ela” (NAGEL,1989, p.10). O mesmo se aplica quando pretendemos alterar qualquer que seja a situação, neste caso, o enfrentamento do fracasso escolar.

Para tanto, aplicamos questionários com o objetivo de percebermos como os diferentes segmentos de uma determinada escola pública da região Oeste do Paraná se posicionam diante do fenômeno o fracasso escolar para, a partir daí, levantar dados que desencadeariam em implementação de ações que apontassem para possíveis alternativas de enfrentamento dessa problemática.

Nesse sentido, selecionamos, na escola em que atuamos, três turmas de 5ª séries do Ensino Fundamental, dos períodos matutino e vespertino, como foco da pesquisa, pelo fato de constatar, mediante análise de dados estatísticos, ser esta a série que vinha apresentando maiores índices de evasão e repetência nos últimos cinco anos.

Aplicamos um questionário, envolvendo a direção, a direção-auxiliar, a equipe pedagógica, os professores de todas as disciplinas que atuam nas 5ª séries, os alunos que vivenciaram situações de evasão e repetência, e os seus pais (entendemos por pais aqueles que são responsáveis pelas crianças, não necessariamente o pai e a mãe biológicos, ou seja, como definido por um modelo de família tradicional). No total, envolvemos 45 pessoas.

Optamos por um questionário com questões abertas, com a intenção de, na medida do possível, dar voz aos pesquisados, sendo que o tempo disponível para a pesquisa não permitiria fazer entrevistas.

Naquele momento não conseguimos envolver alunos aprovados por conselho de classe, pois essa prática se caracteriza a partir da 5ª série do Ensino Fundamental, quando da passagem dos alunos para os anos seguintes de escolaridade e o foco estava sendo apenas os alunos de 5ª série.

Nesse processo de pesquisa, pudemos contar com o apoio da direção do Colégio e da equipe pedagógica, que permitiram a distribuição dos questionários, inclusive incentivando os professores a colaborarem, na expectativa de desvelamento desse fenômeno.

Encontramos apoio, também, por parte da grande maioria dos professores que receberam e responderam prontamente a pesquisa e de todos os pais dos alunos que autorizaram seus filhos a responderem o questionário. Porém, encontramos algumas dificuldades na sua devolução, tanto por parte de alguns professores, como por parte dos alunos e dos pais. Essa dificuldade se retrata na quantidade de questionários devolvidos: de 17 distribuídos aos professores, retornaram 14; de 14 distribuídos aos pais, retornaram 07; e de 14 distribuídos aos alunos, retornaram 11. Enfim, dos 45 distribuídos no total, retornaram 32.

Após a aplicação dos questionários, solicitamos aos alunos das 5ª séries que escrevessem um texto e o ilustrassem sobre o que entendiam sobre o fracasso escolar. Neste trabalho, contou-se com a ajuda das professoras que ministravam a disciplina de Língua Portuguesa e o mesmo tinha, como objetivo, perceber quais as explicações sobre essa questão que são generalizadas entre os alunos. Tais explicações refletem, em sua maioria, a opinião dos pais e dos adultos com quem convivem, pois há uma tendência entre as crianças de responderem aos assuntos solicitados de acordo com aquilo que já ouviram falar por algum adulto.

Apresentação dos resultados: as falas da comunidade escolar

Por meio da pesquisa podemos constatar a veracidade, pelo menos em grande parte, das hipóteses levantadas, quando da elaboração do projeto, sendo elas:

- O fracasso escolar está relacionado ao não entendimento dos objetivos da escola pública, tanto por parte dos educadores, quanto de pais e alunos. E esse não entendimento desencadeia ações isoladas tanto no

contexto escolar como no contexto social e familiar, o que as torna ineficazes;

- Professores, diretores e funcionários atribuem o fracasso escolar a fatores externos à escola, aderindo, em sua maioria, à tendência de culpabilização do aluno e de sua família por seu insucesso;
- Contradição entre teoria e prática, caracterizando a não definição coletiva de uma linha teórica que norteie, de forma fundamentada, as ações.

Acreditamos que para que haja uma maior compreensão de como se dão as relações entre escola, aluno e família e como eles têm lidado com essa problemática, faz-se necessário expor o que cada seguimento desses tem pensado a respeito.

O que pensam os professores

Com o objetivo de preservar a identidade de quem respondeu aos questionários, não se utilizará nomes e nem a função que desempenham. Os comentários serão feitos de forma generalizada a partir das respostas dos professores, direção, direção–auxiliar e equipe pedagógica.

Ao analisar os questionários, constatamos que um pequeno número de educadores demonstra ter uma compreensão mais elaborada no sentido de uma perspectiva de educação progressista que leva em consideração a relação existente entre a instituição escolar e os determinantes sociais. Isso foi possível perceber em suas respostas, quando questionados: Qual deve ser o papel da escola pública? *“Democratizar o conhecimento. Repassar conhecimentos historicamente construídos. Formar um cidadão responsável por si e pela sociedade, respeitando-se a diversidade”*; *“Ser democrática para garantir o desenvolvimento pleno do sujeito cidadão”*; *“Oferecer um ensino de qualidade, integrando conhecimento e realidade”*.

Porém, um grande número dos educadores dessa instituição parecem não ter muito claro a função da escola pública no atual contexto social como espaço de formação da autonomia intelectual do aluno. É possível perceber isso quando respondem, de forma evasiva, sem muita fundamentação teórica, o mesmo questionamento: *“Oferecer um ensino de qualidade, cobrar mais responsabilidade dos alunos”*; *“Transmitir conhecimentos; preparar aluno para vida, vestibular,*

concursos”; “Local onde se possa acreditar, sonhar, ter no conhecimento a certeza de que vai se realizar como pessoa, cidadão”; “Mais atrativa, motivadora e ter facilidade de obtenção de matrículas; “Fundamental na vida de um cidadão, deve interagir com a família para que se sinta integrante dela”; “Deveria ser mais atrativa e com mais tecnologias”; “Conscientizar os pais da importância de sua participação na escolaridade dos filhos”.

Diante do fenômeno do fracasso escolar e mais especificamente do fracasso escolar nas 5ª séries, prevalece uma visão de culpabilização dos que mais sofrem com o fracasso e tendem a apontar ações isoladas, na tentativa de superação dessa problemática.

Raramente aparecem, como um dos fatores determinantes do fracasso escolar, as políticas educacionais não comprometidas com a qualidade de ensino. Por outro lado, de forma tímida, apontam-se as práticas pedagógicas como sendo um dos determinantes, quando um número mínimo de educadores chama a atenção para a não consideração das características da faixa etária dos alunos de 5ª série.

Existem poucas tentativas de explicação do fracasso escolar em que se tenta desviar o foco da culpa ser do aluno e de suas famílias. O foco maior se volta para a tendência de assumirem a culpa, enquanto professores, sem estabelecer relações com o modo de produção ou com os interesses de classe, sem uma análise mais profunda, não levando em consideração os problemas na formação profissional dos educadores. Não estabelecem relação da situação em que se encontra a educação pública brasileira com as interferências das políticas do Banco Mundial, como forma de manter a hegemonia do capital.

Tais respostas iniciais nos leva a considerar que praticamente se avançou muito pouco desde a pesquisa de Patto (1999), o que vem a confirmar o que foi divulgado, em trabalhos posteriores. Verificamos uma repetição da explicação do fracasso escolar, baseada em conceitos que já foram desmistificados por pesquisas. Essas explicações não foram superadas em grande medida a nível institucional, ou seja, entre aqueles que estão trabalhando diretamente com os alunos.

Nesse sentido, constatamos a necessidade de realizar discussões no interior das escolas, quanto aos conceitos de homem, sociedade e educação como determinados por relações sociais estabelecidas. Estas discussões devem ser

respaldadas na concepção do materialismo histórico dialético, por ser esta capaz de demonstrar as contradições presentes na sociedade capitalista.

Quando falam em democratizar o conhecimento, parece não estar claro uma opção em lutar por uma educação que dê condições efetivas de liberdade plena ao homem. Como diz Nosella (2006), que todos os homens possam se comunicar, produzir e usufruir dos bens produzidos pela humanidade.

Percebemos a necessidade de discutir e estabelecer uma posição sobre o papel da educação pública que se quer: uma educação que possibilite a reprodução do modo de produção vigente ou uma educação que vislumbre uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste último caso, demanda que façamos uma opção coletiva por uma educação que, além de garantir o conhecimento historicamente construído, contemple, também, o desvelamento da realidade social em que vivemos. Que esta opção esteja garantida no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, no qual tracemos ações devidamente planejadas para efetivar essas intenções, acompanhadas de avaliações periódicas, redirecionando essas ações quando necessário.

O que pensam os pais

Questionados quanto às causas que têm levado seus filhos à reprovação e/ou evasão, a maioria dos pais assume como sendo culpa dos próprios filhos. Afirma que a escola não tem responsabilidade nenhuma, que nada pode fazer para resolver o problema, pois este é exclusivamente de seus filhos.

Identificamos duas falas de pais que atribuem as causas às atitudes dos professores como: *“a falta de diálogo por parte dos professores, eles deveriam ouvir a criança antes de tomar qualquer decisão”* apontando algumas injustiças que acontecem no espaço escolar, como citado por eles: *“Culpar determinada criança por algo que a mesma não tenha feito, não dando muito espaço para que se esclareça a situação”*. Ou ainda, *“A discriminação por parte de colegas e alguns professores”*. Essas afirmações demonstram que os pais têm certa consciência dos determinantes do fracasso escolar, embora de uma forma pouco clara, na qual prevalece a culpabilização de alguém.

Não se trata de culpabilizar, pois o que acontece na escola não é resultado só do que se passa nesse espaço ou na família dos alunos. A instituição escolar e a família estão inseridas num contexto sócio-cultural e, portanto, histórico e, como tal, refletem as relações e as contradições presentes no contexto.

Esses pais que apresentam certa consciência dos determinantes intra-escolares do fracasso escolar apontam algumas sugestões que, na opinião deles, poderiam contribuir para resolver o problema, quando relatam à necessidade de que se faça “*avaliação sobre o aluno*”. Isto significa encaminhar a criança para uma equipe de profissionais especializados, a fim de verificar se a mesma apresenta algum grau de deficiência mental ou transtornos de aprendizagem, como: dislexia, disgrafia, desortografia ou discalculia. Tal avaliação é necessária para a indicação da criança a um serviço de atendimento especializado, em contra turno, a denominada Sala de Recursos, na qual atuam professores com formação em Educação Especial.

Essa é uma prática que a escola já vem demonstrando maior atenção. Por outro lado, precisa ser mais estruturada porque há muito pouco tempo que esse serviço está fazendo parte da rotina das séries finais do ensino fundamental. Antes, só era oferecido para as séries iniciais desse nível de escolaridade.

Os pais destacam, ainda, que a escola deva ser mais exigente quanto à apreensão do conteúdo, ao dizer que a escola “*deve cobrar mais*”. Um desses pais tem certa noção de como o trabalho na escola, representado pelo trabalho docente, não está conseguindo, efetivamente, proporcionar uma educação de qualidade, percebendo o descompromisso de alguns dos profissionais que nela atuam. Isso é possível perceber em seu relato, quando escreve que, para ajudar a resolver o problema, seria importante “*os professores abraçarem a causa com mais amor e vontade de trabalhar*”.

Um outro pai mencionou que “*a escola deveria passar direto*”, no sentido da aprovação automática, incorporando, dessa forma, o discurso presente, em alguns momentos, na mídia e nas orientações do MEC. Mas, não demonstra a compreensão de que essa aprovação deva ser com efetiva aprendizagem dos conteúdos.

Ao serem solicitados que relatassem à história escolar de seu filho, alguns afirmaram que as crianças gostavam de estudar e de seus professores e que hoje não gostam mais. Outros que os filhos viam a escola sem atrativos, que nunca

gostaram desse espaço. Cabe aqui questionarmos: afinal, por que um espaço que deveria despertar o gosto por aprender, querer saber mais, não tem conseguido fazer isso exatamente por aqueles que mais precisam? Será que as práticas pedagógicas têm sido um determinante dessa situação? Os professores, principalmente das séries iniciais, têm consciência do quanto a prática pedagógica é importante para o desenvolvimento da aprendizagem?

No que se refere ao que a família tem feito para evitar a reprovação e a evasão dos filhos da escola, os pais dizem que os aconselham sobre a importância do estudo para um futuro melhor e cobram deles melhor desempenho. Em nenhum momento apareceu a intenção de discutir, com a escola, os problemas que vêm ocorrendo. É como se a instituição de ensino fosse uma autoridade inquestionável, além de seu alcance e de sua opinião, demonstrando um desconhecimento do poder que eles, enquanto usuários, têm de reivindicar mudanças. Então, questionamos: até que ponto a gestão das escolas públicas é democrática? Não cabe aqui aprofundar sobre gestão escolar, mas tais procedimentos demonstram o quanto é frágil qualquer tentativa que se tenha feito nesse sentido e o quanto se precisa aprofundar essa questão na escola.

Foi possível percebermos, nas respostas dos questionários, que praticamente todos os pais reconhecem a importância da escola para que seus filhos tenham melhores condições de lutarem por uma vida melhor, nem que seja na esfera pessoal. Ainda acreditam na possibilidade de um “futuro melhor” para seus filhos, por meio da escola.

Em relação a este aspecto, colocamos em dúvida o que a maioria dos professores afirma: *“a família não se preocupa com a escolaridade de seus filhos”*. *“Não dá a devida importância à escola”*. *“Não acompanham as tarefas de casa, nem se quer olham os cadernos de seus filhos”*. Cabe-nos lembrar o que já foi demonstrado na literatura: a maioria das crianças, filhas de trabalhadores, não tem quem as acompanhe nas tarefas de casa, pelo fato dos pais serem analfabetos ou semi-alfabetizados e até mesmo porque alguns têm uma longa jornada de trabalho. Quando os filhos estão em casa, os pais estão trabalhando ou dormindo porque trabalharam a noite toda. Essa realidade também está presente nas cidades do interior, como é o caso da escola pesquisada, em que os pais saem para cidades vizinhas para trabalhar em frigoríficos, em horários alternativos de trabalho.

Verificamos, na fala dos pais, a incorporação do ideário liberal de que o mérito ou o fracasso é do sujeito. Todos têm as mesmas oportunidades. Depositam todas as expectativas de um “futuro melhor” no ensino, numa perspectiva de escola como redentora da sociedade, aquela capaz de resolver os problemas pelos quais passam. No entanto, não consideram que esse futuro melhor não depende somente da escola, mas também de políticas sociais que levem em consideração o humano, acima dos interesses do individualismo e do capital.

O que pensam os alunos

Ao analisar as respostas dadas pelos alunos que sofreram reprovação ou se evadiram da escola, foi possível percebermos que eles têm uma grande expectativa em relação à escola, depositando nela todas as suas esperanças de conseguirem uma vida mais digna.

Tanto que, ao serem desafiados a darem a sua opinião sobre o fato de considerarem importante estudar e por que, podemos citar algumas respostas que apareceram, de uma forma ou de outra, na maioria dos questionários: *“Garantir o meu futuro e ser alguém na vida”*; *“Ter um futuro melhor”*; *“No futuro ter um trabalho melhor”*; *“Para fazer faculdade”*; *“Nosso futuro está no estudo”*; *“Importante para o trabalho, para não ficar igual ao meu pai, trabalhando muito e ganhando pouco. Eu não quero isso para mim”*.

Foi possível perceber na resposta de um dos alunos, o quanto tem a autoestima baixa, ao usar a seguinte frase para escrever sobre a importância de se estudar: *“para não ser igual a mim”*, demonstrando o quanto que o fracasso escolar interfere, diretamente, na autoconfiança, na imagem que o aluno faz de si mesmo.

Em sua grande maioria, os alunos assumem a culpa pelo próprio fracasso, tanto que aparece como justificativa pelo não sucesso na escola as seguintes respostas: *“Porque eu era muito preguiçoso”*; *“Porque brinquei demais e não tive o interesse”*; *“Porque tinha nota vermelha”*; *“Faltei muito a aula”*; *“Falta de esforço, bagunça demais”*; *“Porque não gostava das aulas e dos meus colegas de sala”*; *“Porque saí de uma escola mais fraca para entrar em uma escola mais forte”*.

Dois alunos indicaram, em suas respostas, a necessidade dos profissionais que trabalham na escola estarem mais atentos a algumas situações que podem estar contribuindo para causar o desinteresse e até mesmo situações de indisciplina,

o que geralmente acaba desencadeando em desistência ou reprovação. Ao serem questionados sobre em que a escola pode ajudar para o seu futuro, escreveram: *“Ajudar nós com paciência”*; *“Ser mais rígida, mais séria. Não discriminar uns por causa dos outros”*.

Foi interessante observar que todos os alunos gostam da escola onde estudam. Para a maioria deles, o que vem na memória ao se falar em escola são coisas boas e apenas um número reduzido de alunos lembra da escola como sendo: *“Não tão interessante”*; *“Matemática, levantar cedo”*; *“Mais uma semana chata, de novo com a escola”*.

Tais afirmações colocam em dúvida o que muitas vezes se ouve dos educadores: *“eles não querem saber de nada”*; *“não têm expectativa de futuro”*; *“não gostam da escola”*. Porém, observamos que está impregnada nessas respostas, como na de seus pais, a visão da escola na perspectiva de redentora de seus problemas, ou seja, é somente pela escola que o indivíduo vai mudar a sua condição social.

Não pretendemos, de modo algum, afirmar que a escola nada pode fazer para melhorar as condições de vida de um povo ou de uma comunidade. Porém, queremos alertar para que não se caia na “armadilha” da ideologia liberal, atualmente denominada de neoliberalismo, acreditando que somente pela escola, exclusivamente por ela, é possível resolver os problemas. Acreditamos, sim, como defende Saviani (1991), numa reciprocidade de determinação, na relação dialética entre escola e sociedade, por meio da qual a sociedade determina sim as relações na escola, mas que a escola também pode interferir na sociedade, no sentido de possibilitar sua transformação.

Atividades junto aos professores

Antes mesmo de iniciar a descrição das atividades realizadas junto aos professores, parece-nos necessário fazer alguns esclarecimentos e salientar algumas ações que foram desenvolvidas, as quais serviram de subsídios para a elaboração, a organização e a implementação de ações na escola.

Após definir o tema da pesquisa: *fracasso escolar e escola pública*, além da pesquisa bibliográfica e documental, sentimos a necessidade de realizar uma pesquisa de campo com resultados e objetivos já descritos, a fim de obter dados

concretos daquela realidade para subsidiar a proposta de implementação de ações mais adequadas às necessidades da instituição escolar.

Estamos conscientes, no entanto, de que o trabalho que pretendemos fazer é muito mais amplo do que o previsto na proposta, pois esta, como já mencionado, é uma exigência do PDE, e a intenção é dar continuidade nos anos seguintes. Trata-se justamente do que se pode dizer, um resgate da função do pedagogo na escola, ou seja, a função de articular reflexões no espaço escolar, propiciando momentos de estudo e aprofundamento teórico. Visa, ainda, a construir, junto com os educadores, uma proposta pedagógica de acordo com uma concepção teórica norteadora da ação que possibilite um agir crítico em busca de soluções para o enfrentamento da problemática do fracasso escolar e na luta pela verdadeira democratização da escola pública.

Esta proposta teve, portanto, como objeto o *Fracasso Escolar e Escola Pública*, cujo título ficou assim definido: *Fracasso Escolar: buscando alternativas para a sua superação em uma escola pública*. Estabelecemos, como objetivo principal, possibilitar a compreensão de como vem sendo produzido o fracasso escolar, os mitos utilizados para a sua explicação e as possibilidades de seu enfrentamento na escola pública.³

Com essa proposta, pretendíamos, portanto, analisar, junto aos educadores da instituição escolar foco de nossa pesquisa, as concepções cristalizadas na prática docente, no que se refere à compreensão do que é o fracasso escolar e seus determinantes e estabelecer, no coletivo dessa escola, ações que possibilitassem um agir crítico na busca da construção do sucesso escolar.

Dessa forma, propomos, como procedimentos metodológicos para a implementação desta: reflexão teórica numa perspectiva histórica, apresentação de dados coletados e estudo de caso. O enfoque metodológico teve, como principal característica, a reflexão como requisito básico para possibilitar a construção de uma práxis educativa, ou seja, que a ação fosse respaldada pela reflexão de ações anteriores.

³Durante esse processo de construção da proposta de implementação de ações na escola, organização do material didático a ser utilizado e execução das ações planejadas, contamos com a colaboração de um grupo de pedagogos de diversas localidades do Paraná, que participaram do GTR (Grupo de Trabalho em Rede), uma modalidade de capacitação à distância, on-line, ofertada pela SEED (Secretaria de Estado da Educação), no qual tiveram a oportunidade de, além de conhecer o trabalho que se estava desenvolvendo nessa escola, também dar a sua opinião.

Foram realizados, no período proposto para a implementação, três encontros formais, ou seja, encontros em reuniões pedagógicas, além de conversas informais em momentos de hora atividade dos professores.

Nesses encontros, situamos os professores quanto aos objetivos do PDE; o tema pesquisado; os referenciais teóricos que embasaram a compreensão do objeto do estudo; a base teórica na qual estava sendo respaldado o trabalho, o Materialismo Histórico. Foi apresentado, também, o plano de trabalho; a proposta de implementação de ações que seriam realizadas no Colégio; uma síntese das respostas dos questionários aplicados, destacando a compreensão da comunidade escolar quanto ao fracasso escolar e suas causas.

Além de assistir com os professores o DVD: *Mario Alighiero Manacorda: aos educadores brasileiros*, foi estudado o material construído para esse fim, ou seja, o Artigo: *Escola pública: fracasso escolar numa perspectiva histórica* (2007). As contribuições de Paulo Freire, Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo e João Luiz Gasparin foram fundamentais para a compreensão e a elucidação desse problema. Apresentamos, também, uma síntese da proposta da Pedagogia Histórico-Crítica e suas contribuições para a construção do sucesso escolar na escola pública.

Para ilustrar a possibilidade de aplicação da Pedagogia Histórico-Crítica em sala de aula, apresentamos um Plano de Aula organizado por Gasparin, nessa perspectiva.

Durante esses encontros, não foi possível atingir todos os professores, como era a intenção, pois há uma rotatividade muito grande desses profissionais na escola, pelos mais variados motivos: atestados médicos, implicando em afastamento temporário ou definitivo de sala de aula; licenças especiais, dentre outros, gerando a necessidade de substitutos, o que dificulta dar continuidade a qualquer trabalho que se inicie com um grupo. No total de 62 (sessenta e dois) professores que atuam no colégio, apenas 17 (dezessete) conseguiram participar de todos os encontros realizados.

Naquele momento de implementação das ações, reafirmamos o que já havíamos observado durante os anos de atuação enquanto pedagoga na escola, e durante a aplicação do questionário: a predominância da tendência de atribuir a culpa aos alunos e as suas famílias. Quando levantamos que uma das possíveis causas do fracasso poderia ser a prática pedagógica, alguns professores questionaram, *“mas como a prática pedagógica, se sempre estamos tentando*

trabalhar de forma diferenciada e o aluno não tem interesse, estão desmotivados, os pais não se envolvem com a escolaridade dos filhos?”. Tal questionamento revela o fato dos profissionais, de forma geral, não terem muito claro o que podem fazer no sentido de contribuir para se alterar a situação.

Observamos, também que, conforme se avançavam as discussões, que os ânimos às vezes se alteravam porque alguns defendiam a idéia de que a solução para os problemas da escola é a reprovação e outros já reafirmavam que isso não resolveria, causando certo desconforto no grupo, pois estávamos tentando desnudar uma realidade que muitos não querem admitir ou tentam ignorar, mas que infelizmente ainda atinge a escola.

A discussão sobre o DVD foi bastante proveitosa porque destacamos o entendimento do educador italiano quanto ao fato de como deve ser a escola para os jovens na atualidade. De alguma forma, veio ao encontro das angústias dos professores dessa escola que têm se sentido um pouco sem rumo no que se refere à função da educação escolar, diante de tantas dificuldades encontradas e tantas atribuições que são conferidas à escola. A esse respeito, um dos professores comentou: *“os modismos que vêm para a escola e que assumimos sem ter condições de questionar, pois não temos subsídios teóricos suficientes, o que tem colaborado para o barateando da educação formal”*.

Além disso, os professores destacaram a percepção que tiveram do entusiasmo do educador Manacorda pela educação, a forma como relaciona os acontecimentos com a educação, o seu entendimento quanto às relações sociais e a mensagem deixada por ele aos educadores brasileiros.

Após o estudo do material didático, os professores puderam identificar a relação existente entre as explicações dadas por eles, pelos pais e pelos alunos para esta problemática que atinge a educação, com os mitos divulgados e construídos historicamente. Conseguiram perceber como assumem essas explicações de forma acrítica e que isto acontece principalmente porque não têm subsídios ou aprofundamento teórico suficiente para se posicionar criticamente diante do que é colocado como verdade em educação; que embora tenham tentado organizar ações para contribuir com a superação do Fracasso Escolar, estão fazendo de forma isolada e descontextualizada, o que não leva a resultados concretos, positivos.

Percebemos, muitas vezes, durante os encontros, que havia um recorrente questionamento “*mas afinal de quem é a culpa?*”. Temos consciência de que a mudança de postura dos educadores não acontecerá de um dia para o outro. É difícil romper com práticas cristalizadas, pois isso só é possível mediante muito estudo, reflexão e discussão no coletivo. Durante esse processo de mudança, acontecerão avanços e retrocessos, o que significa uma retomada necessária, porque nenhum coletivo é homogêneo, pelo contrário, num grupo temos aqueles que aceitam com mais facilidade ou já têm uma caminhada no sentido proposto e outros que relutam ou não têm compreensão do novo.

Considerações Finais

Após estudos e atividades realizadas, podemos afirmar que o fracasso escolar deve ser visto sob a perspectiva de totalidade, considerando os seus múltiplos determinantes, ou seja, ele é produzido pelas relações sociais, nas relações que se estabelecem entre sociedade, escola, aluno, família, prática pedagógica e políticas educacionais.

Contribuições de educadores já comprovaram a importância de considerarmos a diversidade cultural dos alunos como ponto de partida para o trabalho educativo, no sentido de valorização do conhecimento por ele trazido e da capacidade de aprendizagem de cada um. Percebemos, com base no que pensam os educadores da instituição pesquisada, que ainda prevalece, em grande medida, o trabalho na perspectiva do “aluno ideal”. Pais e alunos refletiram, nas respostas dos questionários, a ideologia liberal de que o sucesso ou o fracasso é unicamente responsabilidade do indivíduo.

Partindo do pressuposto de que a educação escolar é um fenômeno social e, como tal, não é isolada das demais relações sociais, ela reflete, portanto as relações existentes nessa sociedade. Numa perspectiva de educação progressista, essa influência é recíproca. Embora a escola não tenha o poder de transformar sozinha a sociedade, ela pode sim interferir, contribuindo para que haja transformações em sua forma de organização.

A sociedade capitalista em que vivemos é excludente, caracterizada pela exploração do homem pelo homem. Nesse sentido, a escola pode servir de espaço

onde se cristaliza essa exclusão ou pode se posicionar, lutando para tornar-se efetivamente um espaço de aprendizagem para todos que nela ingressam.

Se pretendermos realmente enfrentar essa problemática numa perspectiva de superação, precisamos ter claro que são necessárias algumas condições mínimas, como por exemplo:

- romper, a nível institucional e familiar, com os mitos difundidos na sociedade para explicar o fracasso escolar, como a tendência de culpabilização de quem sofre esse fracasso e a imagem de aluno ideal. Tal posição só é possível mediante aprofundamento teórico e, por consequência, a tomada posição em favor de uma sociedade mais justa, na qual o homem seja considerado ser social-humano e não apenas mão-de-obra e mercadoria necessária aos interesses do capital;
- repensar a prática pedagógica, objetivando a efetiva aprendizagem de todos. Para isso precisamos de uma escola diferente desta, no sentido de não se preocupar apenas com notas, mas com a aprendizagem, com a construção do conhecimento, uma escola que tenha concepção político-pedagógica; que seja autônoma, responsável, com clareza política do que tem que fazer e competência técnica para fazê-lo;
- fortalecimento da gestão escolar, numa perspectiva de gestão democrática e simultaneamente dos órgãos colegiados que dela fazem parte: Conselho Escolar, APMF, Grêmios Estudantil, Conselho de Classe e Clube de Mães, para que esses órgãos exerçam, efetivamente, a função que lhes compete: reivindicar, junto a órgãos competentes, e até mesmo mobilizar toda a comunidade local no sentido da melhoria das condições de trabalho nas escolas. Entendendo essas condições não apenas como a redução do número de alunos por sala, mas também de melhorias no espaço físico, capacitação constante de professores e políticas educacionais comprometidas com uma educação de qualidade para todos;
- precisamos de professores que definam, enquanto grupo, um posicionamento político-pedagógico. Entendam que consciente ou inconscientemente suas ações são políticas, carregadas de intencionalidades. Se for de forma inconsciente, colaborará para a

manutenção da situação com está e, se for consciente, tem grandes chances de articular ações rumo ao enfrentamento dos problemas com os quais se deparam no espaço escolar. Para isso, é indispensável que os professores tenham sua formação centrada na pesquisa.

Somente com aprofundamento teórico conseguiremos, enquanto educadores, uma “blindagem”, no sentido de proteção contra os interesses do capital atualmente difundido pela ideologia do neoliberalismo. Ideologia esta que no espaço escolar se caracteriza como “modismos” pedagógicos, fazendo com que, na maioria das vezes, desarticulem as ações que estão sendo organizadas para a verdadeira democratização da escola pública.

Enfrentar o fracasso escolar é um desafio de toda a sociedade brasileira, pois o futuro do país quanto ao desenvolvimento econômico, social e cultural poderá ser comprometido diante de índices ainda tão elevados de evasão e repetência nas escolas, ou aprovação sem assimilação do conhecimento.

Pensar o fracasso escolar na perspectiva de sua superação pressupõe entendermos que a Pedagogia Histórico-crítica apresenta elementos importantes que devam ser considerados na prática educativa, pois valoriza o saber popular como ponto de partida para o processo de aquisição e construção do saber sistematizado. Este é uma produção social e como tal sempre está em processo de transformação. Para que ocorra a transformação de um saber, depende-se do domínio dos saberes já produzidos, cuja transmissão-assimilação depende de método. Esta Pedagogia prima pelo conteúdo e também pela forma de transmissão e assimilação desse conteúdo, pois considera que a própria expressão elaborada da consciência de classe passa pela questão do domínio do saber.

Esperamos, com este artigo, ter apresentado alguns elementos no intuito de contribuir com as discussões a respeito do fracasso escolar. Esse tema suscita, cada vez mais, discussões e aprofundamento de todos e de cada um dos envolvidos em educação, se queremos, de alguma forma, transformar essa realidade que tanto nos inquieta.

Finalizamos, concordando com Paulo Freire, para quem “A educação é um ato de amor” (FREIRE, 1979, p.96). A fim de que a educação não seja uma farsa, não podemos temer o debate e nem fugir à discussão criadora, no que se refere ao fracasso escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2005.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Estudo do INEP mostra que 41% dos estudantes não terminam o ensino fundamental**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias>> Acesso em: 11 abril 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREIRE, Paulo, **Educação como Prática da Liberdade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FORGIARINI, Solange Aparecida Bianchini. **Escola Pública: fracasso escolar numa perspectiva histórica**. Anais do Simpósio de Educação. Cascavel, 2007.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

MARIO ALIGHIERO MANACORDA: aos educadores brasileiros. Produção de Unicamp. Campinas: HISTEDBR, 2006. 1 DVD (37 min).

NAGEL, Lízia. **Avaliação, Sociedade e Escola: fundamentos para reflexão**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 1989.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores: para além da politecnia. Conferência realizada no **I Encontro Internacional de Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores, LABOR**, Universidade Federal do Ceará, 7-9 de setembro, 2006.

PARANÁ. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. ed. 1. Curitiba: Imprensa Oficial do PR, 1990.

PARO, Vitor Henrique. A Escola Pública que Queremos. **Palestra proferida na Conferência Estadual de Educação: “Proposta dos trabalhadores da Educação para o Próximo Governo”**, realizada em Curitiba, PR, de 4 a 5/8/2006, promovida pela APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Paraná.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 5).